



CÓD: OP-032DZ-23
7908403545827

ITAPEVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA - SÃO PAULO

Agente de Controle de Vetores

EDITAL Nº 001/2023

Língua Portuguesa

1. Ortografia oficial	5
2. Acentuação gráfica	5
3. Flexão nominal e verbal	6
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	11
5. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	12
6. Concordância nominal e verbal	16
7. Regência nominal e verbal	18
8. Ocorrência da crase	18
9. Pontuação	19
10. Interpretação de texto	22

Matemática

1. Ortografia oficial	5
2. Acentuação gráfica	5
3. Flexão nominal e verbal	6
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	11
5. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	12
6. Concordância nominal e verbal	16
7. Regência nominal e verbal	18
8. Ocorrência da crase	18
9. Pontuação	19
10. Interpretação de texto	22

Atualidades

1. Fatos políticos, esportivos, culturais, econômicos e sociais ocorridos no Brasil e no mundo, veiculados em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, internet e televisão nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação do Edital	45
---	----

Conhecimentos Básicos de Informática

1. Fatos políticos, esportivos, culturais, econômicos e sociais ocorridos no Brasil e no mundo, veiculados em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, internet e televisão nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação do Edital	47
---	----

Conhecimentos Específicos

Agente de Controle de Vetores

1. Notificação das doenças. Lista de Doenças de Notificação Compulsória.....	71
2. Higiene, profilaxia e política sanitária.	73
3. Promoção da saúde e prevenção de doenças.	75
4. Epidemia, endemia e pandemia.	88
5. Orientações e combate a doenças contemporâneas.....	90
6. Educação e saúde.	92
7. Lixo: separação, reciclagem, destino e prevenção.	106
8. Saneamento comunitário.	108
9. Organização de comunidades.	109
10. Participação popular e controle social.	110
11. Aedes aegypti e as doenças relacionadas.	119
12. Coronavírus.	130
13. febre amarela.....	131
14. Doenças produzidas pelo consumo de alimentos e água contaminados por agentes infecciosos, como vírus, fungos, bactérias, parasitas.....	134
15. Noções de doenças infecciosas (animais peçonhentos, acidentes, alimentos, entre outras).....	136

Recursos humanos

Gerente do setor, preferencialmente com formação na área de saúde e conforme regulamentação dos conselhos de classe, com aptidão para esse trabalho.

Agentes de saúde devidamente capacitados (e com reciclagem periódica) em educação em saúde, prevenção de acidentes, medidas de desratização e antirratização.

Transversalidade

Paralelamente à realização das atividades de controle nas áreas-alvo, devem-se articular as interfaces intersecretoriais e intersetoriais, de forma a otimizar o repasse de informações e implementar ações de manejo ambiental, entre outras, na área a ser trabalhada.

Muitas das intervenções necessárias dependem de serviços que fogem ao escopo da área de vigilância de zoonoses, pois o manejo ambiental com vistas ao controle de roedores, invariavelmente, requer a melhoria da infraestrutura urbana em muitos aspectos e a mudança de comportamento da população.

Para tanto, devem ser considerados como potenciais parceiros, entre outros:

Demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde

- Atenção à Saúde: assistência médica, oportuna notificação de casos de doenças transmitidas por roedores, possibilitando a atuação adequada para o controle de roedores.

- Vigilância em Saúde Ambiental: especialmente para a prevenção da ocorrência de leptospirose em situações de desastres naturais.

Serviço de Limpeza Urbana

Compete ao serviço ou ao órgão responsável pelos serviços de coleta de resíduos de saúde, domiciliar e seletiva, a varrição de vias públicas, a lavagem de monumentos e escadarias e a remoção de entulho.

Ao serem detectados pontos viciados de lixo (pelos responsáveis pela vigilância e pelo controle de roedores), deve-se comunicar ao serviço de limpeza urbana para que este possa providenciar os procedimentos necessários de limpeza.

Supervisão Geral de Abastecimento

Ou órgão responsável pela organização, administração e fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios. Pela tendência da ocorrência de roedores na proximidade de feiras livres e mercados, devido a uma maior disponibilidade de alimentos, cabe aos profissionais responsáveis pelo controle de roedores alertarem esse serviço quanto ao correto armazenamento dos alimentos. A destinação adequada de suas sobras em mercados, feiras livres e escolas tem muito a contribuir para o controle de roedores urbanos, pois a supressão de possíveis fontes de alimentação é fator preponderante para tal controle.

Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos

O serviço de saneamento deve priorizar as áreas de ocorrência endêmica de casos de leptospirose.

Por outro lado, cabe à vigilância em saúde subsidiar esse setor, fornecendo informações sobre a doença, a ocorrência de casos, as características das áreas de risco etc.

Secretaria Municipal da Educação

As Secretarias Municipal e Estadual da Educação são atores importantes para a divulgação de informações quanto ao controle de roedores. Unidades escolares localizadas em áreas-alvo para controle de roedores, ou nas suas imediações, podem ser parceiras e ponto de partida de ações educativas que permitam à população adotar práticas e medidas que impeçam a instalação e a proliferação de roedores, potencializando, assim, as ações já desenvolvidas pela Secretaria da Saúde nesse âmbito.

Secretaria Municipal de Assistência Social

À Secretaria Municipal de Assistência Social – ou ao órgão responsável por formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a política de assistência social – compete atuar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição da vulnerabilidade social relativa a condições de moradia, para, assim, desfavorecer e combater a proliferação de roedores.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente – ou ao órgão responsável pelo meio ambiente – compete realizar ações conjuntas para fiscalizar e buscar melhorias das condições ambientais. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição das condições ambientais favoráveis à proliferação de roedores.

Secretaria Municipal de Habitação

Ou órgão responsável pela execução da política habitacional, pelo controle do uso e da ocupação do solo, pela urbanização e regularização fundiária de favelas e pelos loteamentos e cortiços. Aos responsáveis pelo controle de roedores, cabe informar os procedimentos de antirratização nas construções e nas obras civis, assim como o desenvolvimento do conceito de manejo ambiental em áreas públicas e particulares, com vistas a impedir a proliferação de roedores.

Controle e manejo de escorpiões

Escorpiões são artrópodes da classe Arachnida (não são insetos, que são da classe Insecta), com quatro pares de pernas e o corpo dividido em duas partes: carapaça (prossoma) e abdômen (opistosoma), sendo este último dividido em tronco (mesossoma) e cauda (metassoma). A maioria das espécies apresenta hábitos noturnos, abrigando-se durante o dia em locais úmidos e escuros: sob pedras, troncos, dormentes de trilhos, entulhos, telhas, tijolos, frestas, ou enterrando-se no solo. Os escorpiões podem ser encontrados, também, em rede de esgoto, em caixas de gorduras e de passagem e em túmulos de cemitérios.

Muitas espécies vivem em áreas urbanas, onde encontram abrigo dentro ou próximo das casas.

Alimentam-se de insetos, principalmente de baratas. Podem sobreviver vários meses sem alimento ou água, o que dificulta sobremaneira seu controle.

É essencial realizar o controle das populações de escorpiões de maneira oportuna, visando à redução do número de acidentes e, conseqüentemente, a morbimortalidade. Para isso, a integração dos serviços de atendimento e vigilância de saúde faz-se necessária, buscando aprimorar a qualidade das notificações e o monitoramento da situação epidemiológica. A ocorrência de acidentes por

• **Controle químico**

Até o presente momento, não há estudos que comprovem a efetividade do uso de produtos químicos para o controle de escorpiões, não sendo, portanto, esta ação indicada pelo Ministério da Saúde.

Características biológicas dos escorpiões, assim como os diversos habitats onde são encontrados em meio urbano, dificultam a utilização dos produtos químicos de modo que, efetivamente, haja morte dos animais em quantidade, podendo, contrariamente, levar ao desalojamento destes, aumentando, assim, o risco de acidentes.

Diante da não recomendação do controle químico, deve-se implementar e fortalecer o manejo ambiental para controle populacional de outros sinantrópicos, especialmente de baratas, seu principal alimento e atrativo em meio urbano, e eliminação dos abrigados. Somando-se a esse manejo, é fundamental a intervenção conjunta e coordenada de outros órgãos governamentais, responsáveis pela manutenção estrutural das redes pluviais e de esgotos, pela remoção de lixo e entulho, pela limpeza de terrenos e logradouros públicos.

• **Educação em Saúde**

A conscientização da população é necessária para a prevenção de acidentes e a redução de danos causados pós-acidentes. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades de educação em saúde é de absoluta importância.

Deve-se alertar a população para evitar o acúmulo de resíduos e de inservíveis, bem como manter galerias pluviais e de esgotos livres de resíduos e lixo. O acúmulo de lixo e de inservíveis possibilita a proliferação de baratas e outros insetos, que constituem os principais alimentos para escorpiões em meio urbano, favorecendo sua proliferação e instalação.

• **Monitoramento e avaliação das ações**

Para monitorar e avaliar a eficiência das ações de controle é necessário construir indicadores que permitam estabelecer o nível de infestação domiciliar e a intensidade dessa infestação. Também é importante acompanhar temporalmente os indicadores de saúde, como incidência e mortalidade.

Esses indicadores devem ser construídos a partir do levantamento de dados obtidos nas visitas domiciliares de busca ativa de escorpiões ou nos inquéritos sobre a ocorrência de escorpiões, com a participação de outros profissionais, como agentes comunitários de saúde e/ou agentes de endemias. Mesmo as áreas já controladas devem ser objeto de constante monitoramento, para evitar que voltem a ser infestadas e que o risco da ocorrência de acidentes se eleve.

Observação: consultar Manual de Controle de Escorpiões do Ministério da Saúde.

Biossegurança e saúde do trabalhador no controle de escorpiões

Para a minimização dos riscos, durante as atividades de vistoria e captura de escorpiões, os profissionais de saúde devem fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, portar-se de maneira atenciosa e cuidadosa, trabalhar em dupla e fazer uso dos materiais listados no quadro a seguir, que podem ser acrescidos de outros, conforme a necessidade local:

- Crachá de identificação dos agentes.
- Bota ou sapato fechados.
- Calça comprida, com a boca da calça para dentro da meia.

- Camisa de manga curta, ou pulso justo, quando longa.
- Luvas de vaqueta (“luva de electricista”) ou de raspa de couro.
- Pinça anatômica, ponta romba, de aço inoxidável, com aproximadamente 30 cm.
- Chapéu ou boné – cabelos longos devem estar presos.
- Recipiente adequado para o armazenamento dos animais – preferencialmente de plástico, com boca larga e tampa rosqueada.

Transversalidade

Paralelamente à realização das atividades de controle nas áreas-alvo, deve-se articular a intra e intersectorialidade, de modo a otimizar o repasse de informações e implementar ações de manejo ambiental, entre outras, na área a ser trabalhada. Para tanto, devem ser considerados como potenciais parceiros, entre outros:

Demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde

• **Atenção à Saúde:** assistência médica, oportuna notificação de casos de acidentes causados por escorpiões, possibilitando a atuação adequada para o controle desses animais sinantrópicos.

• **Vigilância em Saúde Ambiental:** especialmente para situações de incêndios e queimadas em que os escorpiões podem ser desalojados e, assim, invadir a área urbana.

Muitas das intervenções necessárias dependem de serviços que fogem ao escopo da área de vigilância de zoonoses, pois o manejo do ambiente, com vistas ao controle de escorpiões, requer mudanças nas condições ambientais urbanas, em muitos aspectos, assim como a mudança de comportamento da população.

• **Serviço de Limpeza Urbana**

Compete a este, ou a órgão responsável pelos serviços de coleta de resíduos de saúde, domiciliar e seletiva, a varrição de vias públicas, a lavagem de monumentos e escadarias e a remoção de entulho.

Ao serem detectados pontos viciados de lixo (pelos responsáveis pelo controle e pelo manejo de escorpiões), estes devem ser comunicados ao serviço de limpeza urbana, para as providências e os procedimentos necessários.

• **Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos**

O serviço de saneamento deve ser informado sobre a necessidade de manutenção das redes fluviais, devido à identificação de proliferação de escorpiões nestas.

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação apresenta fundamental importância na divulgação de informações relativas ao controle de escorpiões. Unidades escolares localizadas em áreas-alvo para controle de escorpião ou nas suas imediações podem ser parceiras e ponto de partida de ações educativas que permitam à população adotar práticas e medidas que impeçam a instalação e a proliferação desses animais, potencializando, assim, as ações já desenvolvidas pela Secretaria da Saúde nesse âmbito.

Secretaria Municipal de Assistência Social

À Secretaria Municipal de Assistência Social – ou ao órgão responsável por formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a política de assistência social – compete atuar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim

vezes, imperceptível. A hematofagia é predominantemente crepuscular e noturna. Entretanto, algumas espécies podem, excepcionalmente, apresentar hematofagia diurna.

• **Pulgas (vetores da peste bubônica)**

As pulgas são os vetores biológicos da peste bubônica e pertencem à ordem Siphonaptera (do grego siphon = tubo, aptera = sem asas), que é composta por quase 3 mil espécies, 60 das quais já foram identificadas no Brasil. Os machos e as fêmeas são hematófagos, possuem aparelho bucal do tipo picador-sugador e parasitam mamíferos (94%) e aves (6%), sendo os roedores seus hospedeiros preferenciais (74%). São insetos de coloração castanha, corpo achatado lateralmente, com cerdas voltadas para trás, destituídos de asas, dotados de três pares de patas (haxápodes) e medem 3 mm em média. O artrópode ingere o sangue do hospedeiro bacterêmico e o bacilo multiplica-se no seu estômago, preenchendo a parte anterior do canal intestinal, o proventrículo, determinando o fenômeno de “bloqueio”. As pulgas ditas “bloqueadas” são altamente infectantes, pois, ao tentarem se alimentar, fazem grande esforço para sugar e provocam a regurgitação do conteúdo do proventrículo e a consequente inoculação de miríades de bactérias na corrente sanguínea do novo hospedeiro. Os gêneros mais importantes e associados à transmissão da doença nos focos naturais de peste, no Brasil, são: *Pulex*, *Xenopsylla*, *Ctenocephalides*, *Polygenis*, *Craneopsylla*, *Tunga* e *Adoratopsylla*.

• **Triatomíneos (vetores da doença de Chagas)**

São hemípteros (insetos grandes) que apresentam o primeiro par de asas com uma parte membranosa e outra parte dura, coriácea. Todos os hemípteros possuem um aparelho bucal do tipo “picador-sugador”, que pode ser utilizado para sugar seiva de plantas (hemípteros fitófagos), para sugar outros insetos (hemípteros predadores ou entomófagos), ou para sugar sangue (hemípteros hematófagos, os triatomíneos). Das centenas de espécies de triatomíneos conhecidas como responsáveis pela transmissão da doença de Chagas, 63 já foram identificadas no Brasil. Destas, algumas têm especial importância na transmissão domiciliar da doença de Chagas ao homem. Os “barbeiros”, também como são conhecidos esses insetos, vivem em domicílios e no peridomicílio, normalmente em residências com estrutura precária que apresentam muitas frestas, entranhas e buracos.

Definição da situação problema

Para instituição do controle vetorial, deve-se, primeiramente, realizar um diagnóstico situacional para análise e definição do problema existente. Assim, é necessário realizar:

Atualização quanto ao número de casos humanos

O controle vetorial pode ou não depender da ocorrência de doença, haja vista também ter caráter preventivo em áreas de risco. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve estar sistematicamente em interlocução com a vigilância epidemiológica para conhecimento quanto à ocorrência de casos humanos de doenças vetoriais em âmbito local e regional, permitindo, assim, maior clareza sobre a situação local da(s) doença(s) transmitida(s) pela(s) espécie(s) vetor alvo. Esse levantamento busca orientar quanto à gravidade da situação e será referência na avaliação das ações de controle da doença, entre elas, o controle vetorial.

Identificação da espécie vetor e da área-alvo

O controle vetorial só será feito mediante a presença do vetor. Assim, antes de realizar o controle vetorial químico, físico ou biológico, deve-se constatar a presença do vetor por meio de captura e identificação. Concomitantemente ou não à identificação do vetor, é essencial definir a área de abrangência do vetor, sendo esta a área prioritária e alvo para a aplicação das medidas de controle vetorial. Diferenciando-se entre as espécies de vetor, seguem os procedimentos para a identificação da espécie vetor e da área-alvo:

• **Aedes sp.**

Proceder à pesquisa entomológica empregando-se procedimentos de coleta de ovos, larvas, pupas e mosquitos adultos, sendo mais habitual a pesquisa larvária por meio do Levantamento de Índice

Amostrai (LIA) ou do Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA).

A visita domiciliar é imprescindível na análise da situação, sendo o domicílio uma unidade amostral que deve ser visitada com o objetivo de inspecionar depósitos ou recipientes que contenham água.

Com os dados coletados no campo, são estimados os índices entomológicos que indicam a situação da infestação de formas imaturas (larvas e pupas) e os tipos de recipientes predominantes.

• **Carrapatos do gênero Amblyomma**

Verificar, no local provável de infecção (LPI), mediante um caso, a presença da população de vetores estabelecida e/ou a presença de condições naturais favoráveis para o estabelecimento dessa população.

Investigação acarológica: realizada por meio de coleta para a identificação de potenciais vetores envolvidos na ocorrência do(s) caso(s), bem como de taxas de infecção.

Observação: deve-se realizar de rotina a vigilância acarológica, que também é realizada por meio de coleta, antes da ocorrência de casos humanos, tendo como finalidade identificar a possível presença de vetores de relevância para a saúde pública. A vigilância acarológica proporciona rapidez e agilidade na execução da investigação acarológica, que aumenta a efetividade das ações de controle da doença, de forma oportuna.

• **Anopheles sp.**

O uso de ferramentas de controle vetorial que utilizam inseticidas deve priorizar áreas de alta e média transmissão de malária. Os estudos para verificar o horário de atividade e o comportamento dos anofelinos servem como linha de base para monitorar possíveis mudanças comportamentais ao longo dos anos, e os mesmos indicadores entomológicos podem ser utilizados para avaliação das intervenções de controle vetorial. Os hábitos das espécies de anofelinos devem ser monitorados nos locais prévia e posteriormente à aplicação de inseticida, com as análises epidemiológicas das mesmas áreas. O reconhecimento do território em estudo, a composição e a caracterização das espécies ocorrentes devem servir de subsídio para a definição de áreas receptivas (áreas onde a presença, a densidade e a longevidade do vetor tornam possível a transmissão autóctone) e para a tomada de decisões para as ações de controle vetorial, bem como para a avaliação dessas atividades.

As intervenções de controle vetorial devem ser acompanhadas de oferta de diagnóstico oportuno e disponibilidade de tratamento gratuito e de qualidade.

determina impactos ambientais, além da possibilidade de desenvolvimento da resistência dos vetores aos produtos. É importante salientar que os inseticidas utilizados pelos programas nacionais de controle vetorial devem ser fornecidos pelo Ministério da Saúde, salvo em casos excepcionais, definidos pela Comissão

Intergestores Tripartite (CIT).

Controle mecânico: consiste na adoção de práticas de manejo ambiental capazes de impedir a procriação do *Aedes sp.*, tendo como principais atividades a proteção, a destruição ou a destinação adequada de criadouros, que devem ser executadas, prioritariamente, pelo próprio morador e/ou proprietário.

Controle biológico: o rápido estabelecimento da resistência nas populações do mosquito a vários inseticidas químicos e os danos causados por estes ao meio ambiente têm resultado na busca de novas alternativas de controle, tais como o uso de agentes biológicos.

• **Carrapatos do gênero *Amblyomma***

O objetivo do controle da população de carrapatos é manter a níveis mínimos de infestação, e não executar sua erradicação, já que as fases de vida livre do carrapato são mantidas conforme condições de vegetação favoráveis, não permitindo sua eliminação.

O manejo do ambiente e o uso de produtos químicos para o controle das populações de carrapatos em suas fases de vida livre podem ser realizados quando diante de notificação da circulação de febre maculosa, em área com alta população de carrapatos e com relatos frequentes de parasitismo em humanos. Essas medidas devem ser realizadas após decisão conjunta com outras secretarias e outros órgãos de controle envolvidos, como avaliação da área, da situação epidemiológica e das intervenções possíveis e em consonância com as legislações vigentes, de maneira a minimizar os riscos de contaminação ambiental e a destruição de áreas envolvidas nessa atividade.

A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

Controle químico: é recomendado em infestações de vetores no intradomicílio. Essa atividade deve ser desenvolvida por profissionais especializados. A área de vigilância de zoonoses poderá orientar quanto a procedimentos, bem como quanto à eficácia de produtos químicos; no entanto, é de responsabilidade do morador a contratação do serviço especializado.

Em animais domésticos e de produção, é recomendado realizar o controle periódico dos carrapatos e demais ectoparasitos, já que esses hospedeiros e/ou amplificadores são os responsáveis por manter as populações de vetores próximas à população humana. Da mesma forma, esse procedimento poderá ser orientado pela área de vigilância de zoonoses, cabendo ao proprietário a responsabilidade desse controle, preferencialmente sob o acompanhamento de profissional capacitado.

Controle mecânico: é realizado por meio do manejo no ambiente, no qual a área de vigilância de zoonoses poderá orientar a população e/ou proprietário do(s) animal(is) doméstico(s) sobre como proceder. Perante avaliação prévia da área potencial ou infestada por carrapatos, é recomendado manter a vegetação rasteira, objetivando eliminar, quando possível, ou diminuir o abrigo para os

carrapatos. Destaca-se que essa atividade não é indicada para áreas de preservação ambiental, devendo esse procedimento estar em consonância com a legislação ambiental.

Controle biológico: não há recomendações.

• ***Anopheles sp.***

O controle vetorial, preferencialmente planejado e executado pela esfera municipal, tem como objetivo principal reduzir o risco de transmissão da malária, prevenindo a ocorrência de epidemias, com a consequente diminuição da morbimortalidade.

Controle químico: a escolha das intervenções deverá basear-se em determinantes definidos e dependerá da possibilidade de se cumprir os requisitos e as indicações necessárias para que a ação de controle seja eficaz. A possibilidade de se usar duas ou mais ações de controle de modo simultâneo deve ser considerada, sempre que indicado e operacionalmente possível.

As intervenções recomendadas pelo Programa Nacional de Controle da Malária são: a borrifação residual intradomiciliar (BRI) e os mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração (controle químico). Para situações emergenciais ou de supressão vegetal, pode-se utilizar a nebulização espacial.

Controle mecânico de criadouros: é feito mediante correção do meio ambiente, seja drenagem, aterro ou modificação do fluxo da água, sendo preferível em caso de criadouros permanentes, pois é definitivo e tem, normalmente, maior impacto na população de imaturos e, conseqüentemente, na transmissão de malária. Esse processo deve ser realizado pela área competente do Poder Executivo local, cabendo ao setor Saúde articular-se com ele. A limpeza da vegetação das margens também pode ter impacto na população de larvas e pupas, uma vez que altera o ambiente, tornando-o menos favorável para o desenvolvimento de imaturos.

Controle biológico: exige a avaliação criteriosa dos criadouros, a fim de garantir que os critérios técnicos (criadouros em baixo número na localidade, com área de extensão definida, com alta produtividade e proximidade das casas) sejam cumpridos e que seja avaliada a frequência de aplicação necessária do biolarvicida para ter uma boa relação custo-benefício. Deve ser sempre acompanhado de intervenções de controle vetorial destinadas a mosquitos adultos.

A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

• ***Biomphalaria sp.***

O controle de populações de planorbídeos pode ser realizado por método biológico, físico ou químico. Como as três modalidades implicam ações de maior ou menor impacto ambiental, sua implementação depende de estudos prévios, obedecendo à legislação ambiental.

Controle químico: a aplicação de métodos químicos para o controle de planorbídeos é recomendada como medida auxiliar em localidades onde haja foco de importância epidemiológica e quando obras de engenharia sanitária não são viáveis. O fato de o hospedeiro intermediário ser um dos elos mais resistentes na cadeia de transmissão, e levando-se em conta a agressão provocada pelos moluscicidas químicos à flora e à fauna aquáticas, é imprescindível o conhecimento da dinâmica populacional dos caramujos, de modo que a aplicação do moluscicida tenha o máximo de eficácia.

Controle mecânico: não há recomendações.

Controle biológico: não há recomendações.

INSPEÇÃO ZOSSANITÁRIA

A inspeção zoossanitária deve ser feita em situações nas quais há necessidade de avaliar o risco de transmissão de zoonoses ou de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, podendo ser desencadeada mediante denúncia prévia ou espontânea, quando houver suspeita de risco à saúde coletiva.

As atividades da inspeção zoossanitária podem ou não compor programa de vigilância, prevenção e controle de doenças ou acidentes causados por animais.

É realizada por meio de vistoria em locais públicos ou privados, com presença de animal ou situação ambiental que possa oferecer risco referente às zoonoses e aos acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Tal procedimento visa avaliar as condições higiênico-sanitárias, orientar as pessoas do local sobre as medidas a serem adotadas, bem como definir as ações necessárias para minimizar riscos, incluindo medidas de controle de população de animais obedecendo às normatizações vigentes.

Atividades a serem desenvolvidas

Intersetorialidade

Para a obtenção de resultados mais efetivos, por tratar-se de problemática que, muitas vezes, extrapola as competências da área de vigilância de zoonoses, sempre que, por consequência da inspeção zoossanitária, seja constatada situação que adentre a competência de outra secretaria, outro órgão ou outra instituição, deve-se proceder à interlocução com a(s) área(s) responsável(is) para que as ações cabíveis sejam desencadeadas por estas.

Objetivando maior eficiência e efetividade, os profissionais de saúde podem realizar essa atividade com outras áreas da vigilância em saúde.

Além disso, sempre que necessário, especialmente nos retornos ou nas novas visitas em locais já constatados como problemáticos, o órgão de segurança pública pode ser acionado para solicitar acompanhamento dos profissionais responsáveis pela inspeção zoossanitária.

Algumas situações passíveis de interlocução com outros órgãos e/ou setores competentes

Situação: abate de animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Agricultura, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária.

Situação: acumulador compulsivo de animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Assistência à Saúde, Assistência Social, Limpeza Pública e Meio Ambiente.

Situação: criação e/ou comércio de animais para consumo ou produtos de origem animal, em área urbana.

Órgãos e/ou setores competentes: Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Agricultura.

Situação: criação e/ou comércio de animais silvestres ou exóticos.

Órgãos e/ou setores competentes: Agricultura e Meio Ambiente.

Situação: maus-tratos a animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente e Segurança Pública.

Situação: prática ilegal de profissão.

Órgãos e/ou setores competentes: Segurança Pública, conselhos profissionais e Vigilância Sanitária.

Situação: vulnerabilidade quanto ao saneamento ambiental.

Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Assistência à Saúde e Assistência Social.

Observação: em todas as situações citadas e em qualquer outra, ficará a critério do profissional responsável pela inspeção zoossanitária realizar a interlocução pertinente.

Procedimentos

Triagem das solicitações

As solicitações para realizar a inspeção zoossanitária devem ser triadas por pertinência e prioridade e, após avaliação de necessidade de visita ao local, estabelecer roteiros segundo rotina operacional da unidade.

Diagnóstico situacional

Visita ao local pelo profissional de saúde, preferencialmente um técnico de nível superior e com status de autoridade sanitária.

Nessa etapa, devem ser observadas questões como: identificação e caracterização do ambiente, espécie envolvida, número de animais por espécie, condições higiênico-sanitárias do local, condição aparente de saúde dos animais, destinação de resíduos, condições de alojamento, presença de abrigos, fonte de alimento e água, interação e/ou contato entre pessoas e animais, entre outras condições que propiciem o risco iminente de transmissão de zoonoses de relevância para a saúde pública.

Além disso, deve-se avaliar o risco de transmissão de zoonose para a população vizinha ao eventual foco, bem como de contaminação do ambiente que circunda a área-alvo. Deve-se considerar, ainda, quando houver ocorrência de animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, o risco de infestação por esses animais em áreas vizinhas ao foco.

Atenção: sempre que a situação envolver as espécies canina e felina, solicitar comprovante da vacinação antirrábica.

Encaminhamentos

Ausência de situação irregular: não constatada situação irregular, deve ser elaborado relatório de vistoria – que proporciona celeridade ao processo – para encerramento do caso.

Presença de situação irregular: constatada situação irregular, deve-se elaborar um laudo técnico, acompanhado de um Termo de Adequação, elencando as irregularidades constatadas e o conjunto de medidas a serem adotadas para a abordagem do problema em curto, médio e longo prazos; de forma a eliminar, quando possível, ou reduzir os riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

Uma cópia desse laudo com o Termo de Adequação deve ser entregue ao cidadão responsável a qualquer título pelo imóvel e/ou local, com explicação clara do propósito da vistoria e orientações que devem ser seguidas, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas.

A área de Vigilância de Zoonoses deve conter as informações técnicas e promover a educação em saúde sobre prevenção de doenças em humanos, priorizando a interação do ser humano com os animais e o ambiente.

As atividades de educação em saúde devem ser realizadas de maneira contínua, podendo ser pontuais, conforme o contexto local. Tais atividades são organizadas por meio de programas com objetivos e metas bem definidos, tendo como finalidade incorporar as orientações transmitidas ao cotidiano da população, levando-a a mobilizar-se para a prevenção dos agravos. As doenças e os agravos podem ser trabalhados de forma única ou separadamente, sendo as atividades constantemente monitoradas e avaliadas.

As estratégias, os meios e os artifícios utilizados na comunicação, inclusive os materiais educativos, devem ser elaborados para possibilitar que a informação científica seja repassada de forma compreensível, considerando o contexto social, histórico e cultural da população-alvo.

As ações, as atividades e as estratégias de educação em saúde podem ser executadas de forma interinstitucional, intersetorial e/ou multidisciplinar, com a finalidade de aperfeiçoar o processo e de atingir um público maior, sendo preservados o objetivo e as metas do setor Saúde, quanto à promoção e à proteção da saúde coletiva.

A educação em saúde é, fundamentalmente, uma educação social, não existindo métodos padronizados para suas atividades. Assim, a escolha da estratégia deve basear-se nas características sociais, econômicas, ambientais e culturais locais.

Estratégias

Participação comunitária: a comunidade deve ser estimulada a participar do processo de prevenção de zoonoses, compreendendo sua importância e, efetivamente, fazendo parte dele. Assim, pode ser realizada atividade de educação em saúde em determinada comunidade para incentivar, por exemplo, a criação de mutirões (serviço + comunidade) para a realização de uma atividade.

Visitas domiciliares: conforme situação epidemiológica, pode-se utilizar desse tipo de estratégia para influenciar, de forma mais rápida e direta, a população sob risco situada em uma determinada rua, área ou bairro.

Correspondências: a principal finalidade dessa estratégia é transmitir a informação desejada a um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo, influenciando diretamente a população sob risco.

Transversalidade com as equipes de Atenção Básica: deve-se proceder à interlocução com a área de Atenção Básica, para o alinhamento e a definição das informações a serem repassadas para a comunidade, bem como incentivar essa área a também transmitir para a população a informação sobre prevenção e controle da doença ou do agravo alvo.

Participação nos conselhos municipais de saúde: a participação de profissionais de saúde e de cidadãos empenhados nos conselhos locais de saúde, inclusive realizando apresentações e discussões acerca da situação epidemiológica local, da situação de risco e da incidência de zoonoses ou acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, é fundamental para garantir que propostas e programas sejam incluídos no planejamento orçamentário do município e incentivar o controle social nas políticas propostas.

Palestras: podem ser feitas em eventos ou isoladamente, em espaço público ou privado, aberto ou fechado, utilizando recursos audiovisuais para entreter o público-alvo.

Atividades lúdicas (músicas, peças teatrais, gincanas, jogos, entre outros): costumam ser estratégias impactantes e participativas, especialmente para crianças e jovens.

Eventos em espaços públicos: esse tipo de espaço pode ser utilizado frequentemente para transmitir informações pertinentes às medidas de prevenção ou de controle de doenças e agravos. Os espaços públicos, normalmente bem situados e frequentados por razoável número de pessoas, podem ser usados para a realização de uma série de atividades, como palestras e atividades lúdicas.

Atividades em escolas: busca aproveitar a oportunidade educativa propícia ao debate, especialmente entre alunos e professores, para abordar questões relacionadas à saúde, à interação entre humanos e animais, aos problemas ambientais, à destinação de resíduos, entre outros assuntos, além de fortalecer a formação da consciência dos escolares sobre esses temas, tal como sobre os direitos aos serviços públicos e ao exercício da cidadania e as obrigações do cidadão, transcendendo a questão das doenças e dos agravos. Durante essas atividades, o foco de atenção deve ser o próprio aluno, valorizando seu saber e sua experiência, tentando fazer com que ele descubra qual a relação que seus familiares e ele próprio têm com as diferentes zoonoses e animais peçonhentos e venenosos, assim como o risco de transmissão e de acidente, respectivamente, em sua região.

Deve-se priorizar a formação de multiplicadores envolvendo a coordenação pedagógica das escolas, para que os professores repliquem esse conhecimento para a comunidade escolar da forma pedagogicamente adequada, de acordo com o nível de ensino em que atuam.

Observação: ressalta-se a existência dos programas do governo federal conhecidos como “Escolas Promotoras de Saúde” e o “Programa Saúde nas Escolas”, em que as escolas podem participar para a utilização de novas estratégias e abordagens no ensino.

Meios de comunicação: rádio, televisão, jornal e meios eletrônicos (blogs, redes sociais, sites etc.) tendem a ser uma eficiente ferramenta para estimular o reconhecimento da seriedade da doença e da importância de mobilização e sensibilização da comunidade. É relevante fazer uso desses meios de comunicação para passar informações a respeito da ocorrência das doenças na região, alertando sobre os sinais clínicos e os serviços para o diagnóstico e o tratamento, a gravidade da zoonose em questão, esclarecimentos sobre a situação de risco da localidade, medidas preventivas e de proteção a serem tomadas pela população e as que estão sendo realizadas pelo poder público, visando à redução da circulação da doença em animais e à proteção da saúde humana, considerando atitudes e práticas da população relacionadas às condições de vida e trabalho das pessoas.

Transmissão para a multiplicação de conhecimentos: os cidadãos devem ser educados e informados para, posteriormente, serem estimulados a difundir, com os parentes, amigos, vizinhos e colegas, os conhecimentos básicos sobre as zoonoses e os acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos e suas medidas preventivas.

Observação: durante a implantação ou a implementação das estratégias, é indispensável que todos os “elementos” envolvidos – indivíduos, grupos sociais e profissionais de saúde – estejam conscientes das razões pelas quais as medidas estão sendo aplicadas e compreendam sua importância e, também, suas limitações.

superiores a 1,27 cm. As caixas de gordura e inspeção devem estar bem vedadas. Quando necessário, é recomendada a aplicação de dispositivos unidirecionais no primeiro segmento da manilha conectada ao vaso sanitário em edificações térreas.

- Manter o imóvel organizado e livre de materiais inservíveis, entulho e objetos em desuso.
- Os materiais e os equipamentos que não forem utilizados diariamente e que não puderem ser eliminados devem ser dispostos de forma a evitar a instalação de ninhos de roedores e, sempre que possível, afastados das paredes e entre si, de modo a permitir a inspeção por todos os lados.
- Manter os materiais de construção (como tijolos, areia, madeiras etc.) organizados e afastados M entre si e de muros e paredes, de forma a permitir sua inspeção periódica.
- Capinar o mato, aparar o gramado e as plantas e retirar amontoados de galhos, mato cortado, troncos, pedras ou outros materiais orgânicos, dando destinação adequada a esses resíduos.
- Alimentar animais domésticos durante o dia e retirar as sobras de alimento antes do anoitecer.
- Remover diariamente sobras de ração, resíduos alimentares e fezes de animais.
- Proteger gaiolas de pássaros para evitar o transbordamento de ração.
- Acondicionar os alimentos (inclusive alimentos para animais e pacotes de ração) em local inacessível aos roedores, em recipientes apropriados, dispostos em estruturas de apoio que permitam o afastamento entre si e do chão e das paredes, possibilitando a inspeção diária e a higienização periódica por todos os lados.
- Recolher regularmente os frutos de árvores, inclusive os caídos.
- Colocar ralo nas pias para que os resíduos de alimentos não escoem para as tubulações.
- Efetuar limpeza diária das áreas de manipulação e de consumo de alimentos.
- Evitar que o lixo seja acessado pelo roedor, dispondo lixeiras em quantidade suficiente para a demanda; estas devem ser mantidas tampadas, sem ultrapassar sua capacidade de armazenamento, quer estejam no interior ou no exterior das edificações. Tanto as lixeiras como o local para acondicionamento de resíduos devem ser higienizados após a coleta.
- Evitar acúmulos de água, providenciando o conserto de vazamentos, o nivelamento da laje e/ou do piso, a adequação do sistema de drenagem e a limpeza regular das calhas.

Orientações para situação de enchente

Casos humanos de leptospirose são registrados, principalmente em comunidades carentes, após enchentes e desastres naturais. Desse modo, alguns cuidados devem ser observados durante a limpeza da lama residual e de reservatórios de água:

Limpeza da lama residual das enchentes

A lama das enchentes tem alto poder infectante e, nessas ocasiões, fica aderida a móveis, paredes e chão. Recomenda-se, então, retirar essa lama (sempre se protegendo com luvas e botas de borracha) e lavar o local, desinfetando, em seguida, com uma solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, na seguinte proporção:

Para 20 litros de água: adicionar 2 xícaras de chá (400 ml) de hipoclorito de sódio a 2,5%.

Aplicar essa solução nos locais contaminados com lama, após lavagem, deixando agir por 15 minutos.

Limpeza da caixa-d'água

Nas enchentes, o sistema doméstico de armazenamento de água pode ser contaminado, mesmo quando não é atingido diretamente pela água da enchente, pois a rede de distribuição pode apresentar vazamentos que permitem a entrada de água poluída na rede. Para limpar e desinfetar o reservatório (caixa-d'água), recomenda-se:

- Esvaziar a caixa-d'água e lavá-la, esfregando bem as paredes e o fundo. Não esquecer que se deve usar botas e luvas de borracha.
- Esvaziá-la completamente retirando toda a sujeira, utilizando pá, balde e panos.
- Depois de concluída a limpeza, colocar 1 litro de hipoclorito de sódio a 2,5% para cada 1.000 litros de água do reservatório.
- Abrir a entrada (registro ou torneira) para encher a caixa com água limpa.
- Após 30 minutos, abrir as torneiras da casa por alguns segundos, com vistas à entrada da água clorada na tubulação doméstica.
- Aguardar 1 hora e 30 minutos para que ocorra a desinfecção do reservatório e das canalizações.
- Abrir as torneiras, podendo aproveitar a água para limpeza de chão e paredes.

Observação: deve-se garantir a utilização de água potável, filtrada, fervida ou clorada para consumo humano, pois durante as enchentes é comum ocorrerem quebras na canalização.

Quanto aos animais peçonhentos e venenosos

A educação em saúde, visando à conscientização da população quanto à prevenção de acidentes por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública, deve ser realizada mesmo quando não há percepção da presença desses animais no ambiente. Com esse propósito, o profissional de saúde deve orientar os cidadãos quanto ao manejo do ambiente, a fim de desfavorecer a atração, a ocorrência, a permanência e a proliferação desses animais. Além disso, cabe ao profissional de saúde esclarecer quais ações devem ser realizadas pelo cidadão quando ocorrer a presença desses animais e elucidar possíveis dúvidas que possam surgir.

Seguem algumas medidas de educação em saúde para a prevenção quanto à ocorrência de animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública:

7.4.1 Medidas preventivas a serem realizadas pela população nas áreas externas das edificações

- Manter limpos quintais, jardins e terrenos, evitando o acúmulo de folhas secas, entulho, lenha, material orgânico, lixo e outros materiais inservíveis (caixotes, móveis, pneus etc.), que podem servir de abrigo a esses animais.
- Evitar folhagens, arbustos e trepadeiras nas paredes externas e nos muros.
- Usar luvas de couro nas atividades rurais e de jardinagem, nunca colocar as mãos em tocas ou buracos na terra, ocos de árvores, cupinzeiros, entre espaços situados em montes de lenha ou entre pedras.
- Acondicionar o lixo em recipientes apropriados e fechados, e entregá-los para o serviço de coleta.
- Limpar terrenos baldios situados a cerca de 2 metros das redondezas dos imóveis.
- Eliminar fontes de alimento para roedores, baratas, cupins, aranhas, grilos e outros pequenos invertebrados.
- Manter fossas sépticas bem vedadas, para evitar a passagem de baratas, escorpiões e outros animais sinantrópicos.